



SOCIEDADE

86 mil queixas de ataques a mulheres em sete meses

Ligue 180 fez mais de 594 mil atendimentos, de janeiro a julho deste ano. Ministério das Mulheres reunirá tais dados em uma nova plataforma, apresentada ontem, para ampliar o alcance das políticas públicas contra a brutalidade de gênero

» ALÍCIA BERNARDES*

O Ministério das Mulheres lançou, ontem, o Painel de Dados do Ligue 180, plataforma que sistematiza as denúncias feitas pela Central de Atendimento à Mulher. A ferramenta tem o objetivo de ampliar o alcance de políticas públicas para conter a violência de gênero, uma vez que de janeiro a julho deste ano o canal telefônico de denúncias fez 594.118 atendimentos — dos quais 86.025 foram relatos de agressões.

A maior parte dos contatos foi feita por ligação telefônica (84,2%), seguida de e-mail (13,5%), WhatsApp (2,3%) e videochamada em Libras (menos de 1%). Entre os tipos de violência relatados, o ataque físico lidera com 41,4% dos registros, seguido do psicológico (27,9%) e do sexual (3,6%). Em 40,7% dos casos, a agressão ocorreu dentro da casa da própria vítima. A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, destacou a importância de ter estatísticas baseadas em evidências para fazer o enfrentamento à violência de gênero.

“Seja nos feminicídios ou em qualquer tipo de violência, a gente precisa entender melhor, estudar melhor, analisar e ter estratégias efetivas para mudar esse comportamento”, destacou, acrescentando que o painel cumpre uma orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de garantir transparência na divulgação de dados públicos. “Dar visibilidade aos dados é uma forma de responsabilizar o Estado por respostas mais eficazes, inclusivas e baseadas em evidências”, afirmou.

O painel também mostra o perfil social e racial das vítimas. Pelos dados reunidos, 57,7% das mulheres atendidas se identificam como heterossexuais e 44,3%, como negras. Entre os agressores, 49,2% são heterossexuais e 41,4%, negros. Em quase metade dos casos (47,6%), o agressor era o parceiro ou ex-parceiro da vítima. Os demais suspeitos incluem vizinhos (5,3%), pessoas com outros vínculos (11,5%) e situações sem vínculo declarado (8,8%).

Outro dado mostrado pelo painel é o tempo que a mulher convive com a violência antes de fazer a denúncia: 21,7% das vítimas

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Com os dados recolhidos pela plataforma, ministra (ao centro) considera que será possível estudar melhor o processo que leva à agressão

relataram episódios que começaram há mais de um ano, sendo que 9% sofrem há mais de cinco anos e 8,6%, há mais de uma década. Para o ministério, esses números evidenciam a urgência em ampliar o acesso à rede de apoio e desenvolver ações preventivas mais eficazes.

“É função do Ligue 180 preparar relatórios analíticos e uma base de dados para fortalecimento das políticas e direcionamento do orçamento, de forma efetiva, para a gente fomentar essas políticas mais eficazes, mais focadas e mais territorializadas, de acordo com as dinâmicas das violências que a gente vem identificando”, observou Ellen dos Santos Costa, coordenadora-geral da Central de Atendimento à Mulher — Ligue 180 do ministério.

Reestruturação

A Central do Ligue 180 passou por uma reestruturação nos últimos

meses, com foco na qualificação dos serviços. Foram implementadas melhorias tecnológicas, a ampliação dos canais de atendimento e o reforço na formação das equipes, com atenção especial às mulheres indígenas, negras, com deficiência e LGBTQIA+. Atualmente, o serviço conta com 288 atendentes especializadas e, ao todo, 332 profissionais.

Além disso, o ministério firmou 11 acordos de cooperação técnica com unidades da Federação e o Conselho Nacional do Ministério Público, com o objetivo de melhorar os fluxos de atendimento. Desde 2024, o Ligue 180 opera de forma independente da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos.

O Painel de Dados do Ligue 180 permite que qualquer pessoa acesse os dados por filtros, como unidade da Federação, tipo de violência, perfil da vítima, vínculo com o agressor e período da ocorrência. A expectativa do governo é de que a ferramenta seja acessada por

jornalistas, pesquisadores, gestores públicos e entidades da sociedade civil. Chega no momento em que a Lei Maria da Penha completa 19 anos e, também, por conta da campanha Agosto Lilás, de conscientização e enfrentamento à brutalidade contra as mulheres.

“A gente tem um foco muito importante na transparência e na inteligência desses dados. Esse painel, hoje, permite que a gente repasse essa informação para a população, sociedade civil, a todos os governos estaduais, municipais, gestores públicos, quem trabalha diretamente na rede para poder entender como é ter esse retrato dessa violência no país inteiro”, salienta Ellen Costa.

Em caso de suspeita ou violação dos direitos da mulher, a orientação é procurar uma delegacia de polícia especializada ou ligar para o 190 ou para a Central de Atendimento à Mulher do Ministério das Mulheres, pelo número 180, disponível também no WhatsApp 61-99610-0180.



Nos feminicídios ou em qualquer violência, a gente precisa entender, analisar e ter estratégias para mudar esse comportamento. Dar visibilidade aos dados é uma forma de responsabilizar o Estado por respostas mais eficazes”

Márcia Lopes,
ministra das Mulheres

Em sete dias, operação prende 387 agressores

Entre 1º de agosto e o meio-dia de ontem, a Operação Shamar, de combate à violência contra a mulher, fez 387 prisões de autores de feminicídio e violência doméstica. Em sete dias, 2.518 vítimas foram atendidas e 314 medidas protetivas de urgência foram solicitadas. O resultado da operação foi divulgado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

A operação, do governo federal, ocorre em todo o país e conta com 16.508 agentes de segurança. A ação foi coordenada pela Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do MJSP, e contou com a adesão dos 26 estados e do Distrito Federal. As diligências aconteceram em 335 municípios.

“Enfrentar a violência contra as mulheres é uma obrigação do Estado e da sociedade. Requer, além da repressão, ações preventivas e educativas capazes de transformar padrões culturais que perpetuam as desigualdades entre mulheres e homens. O governo está mobilizado e comprometido com a proteção da vida e da dignidade das mulheres brasileiras”, observou Estela Bezerra, secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O secretário nacional de Segurança Pública do MJSP, Mario Sarubbo, reforçou a necessidade de uma mobilização ampla para deter a violência de gênero. “A união entre Poder Público e cidadãos é crucial para promover mudanças culturais e garantir segurança às mulheres. Somente com essa mobilização conjunta poderemos construir um ambiente mais justo e protegido. O combate à violência de gênero é uma responsabilidade coletiva, que precisa ser assumida por todos”, observou. (Colaborou Caetano Yamamoto*)

MEIO AMBIENTE

Em julho, foco de calor cai 56,8% e área queimada, 51%

» IAGO MAC CORD*

Dados do sistema BDQueimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram que houve, em julho, 9.713 focos de calor, contra 22.487 no mesmo mês do ano anterior. Isso representa uma redução de 56,8% em comparação com julho de 2024.

A área queimada também teve uma queda de 61%, com aproximadamente 726 mil hectares afetados em 2025, ante 1,8 milhão no ano passado, conforme levantamento do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa diminuição reflete condições climáticas menos severas e as medidas adotadas pelo governo federal e pelos estados no enfrentamento aos incêndios florestais.

Nos primeiros seis meses de 2025, o país já havia registrado

uma queda de 46,36% nos focos de incêndios e de 65,8% nas áreas queimadas. A melhora foi observada em cinco dos seis biomas brasileiros.

O Pantanal apresentou a maior redução: queda de 96,8% nos focos de calor e 99,2% nas áreas queimadas em julho. A Amazônia também apresentou recuo acentuado, com uma queda de 80,9% nos focos de calor e 89,9% nas áreas queimadas. Mata Atlântica, Cerrado e Pampa mostraram quedas significativas nos respectivos indicadores. A Caatinga foi o único bioma a registrar aumento nos focos de calor e nas áreas queimadas.

As ações governamentais para prevenção e combate a incêndios têm sido intensificadas, segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A Lei 14.944/2024 instituiu a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, e práticas como as queimadas

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Órgãos do governo têm se antecipado e feito queimadas monitoradas

prescritas e a criação de aceiros são exemplos de técnicas de manejo.

Controle

De janeiro a julho de 2025, órgãos como Instituto Chico

Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizaram queimadas controladas em mais de 237 mil hectares. O governo também

contratou 4.385 brigadistas, um aumento de 26% em relação a 2024, e ampliou a infraestrutura, incluindo sete novos helicópteros para o Ibama. O Fundo Amazônia expandiu seu apoio para prevenir e combater incêndios, destinando R\$ 150 milhões a estados do Cerrado e do Pantanal, além dos R\$ 405 milhões já aprovados para a Amazônia Legal.

Apesar dos avanços, o climatologista Carlos Nobre aponta que mais de 95% dos incêndios, entre 2023 e 2024, foram causados por fatores humanos, e a seca recorde contribuiu para a propagação. Ele destaca que a intensificação dos eventos extremos está se tornando uma nova normalidade climática, influenciada por temperaturas globais recordes, como os 1,5°C acima dos níveis pré-industriais atingidos pela primeira vez em 2023-2024. Mesmo sem a presença do El Niño, outros fatores, como o Atlântico Norte mais quente, podem induzir secas severas.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

» Apostas: ação contra influencers

Uma operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro mirou 15 influencers digitais que usam as redes sociais para divulgar o jogo popularmente conhecido como Jogo do Tigrinho e outros semelhantes. Bia Miranda, Gato Preto e Mamau estão entre os alvos. Segundo a apuração, eles usam as plataformas para incentivar as apostas, com promessas de lucros fáceis, com o intuito de atrair seguidores para os sites, que são proibidos no país. Foram identificados sinais de enriquecimento incompatíveis com a renda. Relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras revelaram movimentações bancárias que ultrapassam os R\$ 4 bilhões. Além da promoção de jogos ilegais, os investigados são suspeitos de integrar uma organização criminosa estruturada, com divisão de tarefas entre divulgadores, operadores financeiros e empresas de fachada.